

Gestão Social Urbana: Negociação e Participação de seus Habitantes

Maria do Carmo Brant de Carvalho e Patricia Brant Mourão Teixeira Mendes

Resumo

O Estatuto da Cidade alavancou e deu garantias para uma efetiva participação popular nos destinos da cidade. Avançou-se em processos mais densos de negociação neste campo. No entanto, o planejamento urbano brasileiro não tem logrado tornar melhores as cidades para a vida de seus cidadãos, carecendo de experiências dialógicas que os envolvam. A participação social tornou-se imprescindível para a criação de cidades capazes de abraçar seus cidadãos em circuitos de inclusão social. É com essa concepção que relatamos, neste artigo, o processo participativo ocorrido em uma das periferias da cidade de São Paulo, para refletir e propor projetos de reurbanização de áreas degradadas pelo adensamento desordenado e com riscos socioambientais. Trata-se de processo adotado na gestão social urbana junto à população da microbacia do Rio Cabuçu de Cima, região norte em São Paulo pela Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB), para ouvir os moradores quanto a propostas sobre o território para a elaboração de um plano urbano integrado. Esse projeto foi igualmente provocado pela presença da Prefeitura de São Paulo na 5ª Bienal de Roterdã/2012 - *Making City*, a qual teve como fio condutor pensar a cidade a partir da voz dos moradores.

O processo resultou em ampla e rica negociação entre gestores públicos e a população afetada por projetos urbanos. Para a realização desse processo, foi pensado um conjunto de 8 oficinas, cuja temática central foi “o urbano vivido e desejado”, buscando revelar competências e fortalecer a expressão política dos habitantes. Nenhuma negociação social se faz sem troca de informações e aprendizados entre equipe técnica (saber técnico) e os moradores (saber vivido sobre o cotidiano urbano), o que resultou em debate qualificado, perspectivando o coletivo e o território como um todo.

Palavras-chave

Negociação Social. Processos Participativos. Ambiente Vivido e Desejado.

Abstract

The City Statute promoted and assured ways to carry out people's participation in the city planning. Progresses were made regarding a more consistent negotiation process in this field. However, Brazilian Urban planning has not succeeded in making better cities for their citizens, lacking of dialogical experiences including them. Social participation has become essential for the creation of cities able to embrace their citizens in circuits of social inclusion. It is on the base of such view that we report, in this article, the participation process which occurred in one of the outskirts of São Paulo city, to reflect and propose projects of redevelopment for degraded areas, affected by chaotic urbanization and socio-environmental risks. The process was carried out as an urban social management project with the population of the micro basin of the Cabuçu de Cima River, located at northern São Paulo; it was run by the Municipal Housing Department, listening to the residents about the proposals for their territory, in order to elaborate an integrated urban plan. This project was also encouraged by the participation of the Municipality of São Paulo in the 5th Biennale of Rotterdam/2012 - Making City, which had as its guiding thread thinking the city on the base of the voice of residents.

The process resulted in broad and rich negotiation between public managers and the population affected by the urban projects. To be carried out, eight workshops were designed, whose core theme was "lived and desired urban environment", seeking to reveal competencies and consolidate the political expression of its inhabitants. No social negotiation is done without exchanging information and learning between technical team (technical knowledge) and residents (knowledge acquired from the everyday experience of the urban environment), which resulted in qualified debate, taking into account the collective and the territory as a whole.

Keywords

Social Negotiation. Participation Processes. Living and Desired Urban Environment.

INTRODUÇÃO

São Paulo é uma megacidade, complexa, que cresceu de forma desordenada e caótica, ditada pela voracidade da iniciativa privada. O poder público manteve-se a reboque atuando de forma impotente para regular, normatizar os fluxos e traçados da cidade. Possui atualmente 11.821.873 milhões de habitantes e uma área de 1.523km², com seu espaço praticamente todo ocupado, conformando territórios bastante heterogêneos que expressam a desigualdade socioespacial. Vários planos municipais e metropolitanos foram propostos e pouco foi realizado para transformar o cenário urbano precário das periferias.

O novo plano municipal de habitação para o período 2010/2024 avançou, buscando um novo olhar sobre o território, um plano de urbanização integrado por sub-bacias com

programas que combinassem a urbanização dos assentamentos precários com a produção de novas moradias e um conjunto de investimentos de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Nessa direção, a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo, em busca de construir uma metodologia de elaboração de planos de urbanização mais consistente, em 2011, decidiu pela construção do diagnóstico sociourbano a partir da fala dos moradores, como condição prévia à proposição de projetos urbanos e habitacionais. A Microbacia do Cabuçu de Cima, localizada na zona norte (Subprefeitura Jaçanã/Tremembé) foi escolhida para essa experiência, por estarem os projetos de planejamento urbano dessa área previstos para serem licitados em 2012. O interesse da curadoria da Bienal/2012 - *Making City*, também reforçou a implantação dessa proposta, cujo fio condutor foi pensar a cidade interagindo com os moradores, um espaço de troca, onde a voz dos moradores fosse assegurada.

É sabido que moradores da periferia da cidade de São Paulo convivem com toda sorte de vulnerabilidades, desde situações extremamente precárias de moradia, ausência de conforto socioambiental, isolamento dos polos de absorção de sua mão de obra, e mesmo, precário acesso a serviços. Não são ouvidos, não são informados de forma adequada e tampouco decidem quanto às propostas de melhorias urbanas no seu território. Nesse contexto, desloca-se para os técnicos urbanistas a competência exclusiva para pensar e propor projetos urbanos e, às empreiteiras, a tarefa de executá-los.

Embora a participação popular esteja assegurada nos processos decisórios em diversas leis federais e estaduais, é ainda pouco praticada. A participação popular nas audiências públicas é experiência nova, tanto para a sociedade brasileira como para os agentes governamentais. Faltam experiência e cultura na gestão pública para operar tais audiências e consultas prévias enquanto espaços de diálogo e negociação de interesses entre os diferentes atores sociais (MENDES *et al.*, 2007).

O processo de negociação social com os habitantes sobre as questões do território ganha hoje enorme importância. O planejamento urbano perde em legitimidade política e social quando não produzido com a participação de seus moradores, finalidade primeira na construção de uma cidade de todos. O diálogo entre os inúmeros agentes sociais, econômicos, técnicos, militantes e moradores é que permite a inovação construtiva de uma cidade com maior qualidade de vida.

Um dos grandes desafios tem sido como traduzir para a população e obter sua adesão a projetos e intervenções desenhados para o território pela burocracia técnica. Outro tem sido a dificuldade dos próprios técnicos em dialogar com os habitantes e reconhecê-los como portadores de saberes sobre a dinâmica do território, conhecimento esse que o técnico não tem.

A implementação de projetos sociourbanos em territórios da cidade exige negociação social prévia, seja porque seus moradores são também produtores da cidade possuindo história e saberes vividos, seja porque tal projeto público lhe diz respeito e visa o fortalecimento do sentido de pertencimento à cidade. Diminui os ruídos comunicativos e, o mais importante,

resulta em intervenção mais eficaz, pois terá a voz e a adesão dos moradores nas decisões tomadas.

A maioria dos loteamentos nos bairros periféricos como os do Jaçanã/Tremembé, na região norte de São Paulo, foi construída ilegalmente, incluindo moradias autoconstruídas em terrenos pequenos, sem áreas verdes e de lazer, infraestrutura urbana precária, ruas e calçadas estreitas, entre outros problemas.

É nessa arena constantemente produtora de tensão e conflito urbano que se faz necessário inverter as lógicas tradicionais de se operar projetos urbanos habitacionais “de cima para baixo”, introduzindo como ação prévia e continua a interlocução com a população local que será afetada. Não qualquer interlocução, mas aquela que reconhece nos moradores seus potenciais e, por isso mesmo, cria espaços horizontais de troca.

Dessa forma, neste relato, destacamos o processo de negociação social utilizado como tarefa inerente ao campo de gestão do território. O foco dessa ação está na própria negociação prévia entre gestores públicos e a população a ser afetada por projetos urbano-habitacionais, evitando conflitos recorrentes nessa área e, sobretudo, incluindo as proposições, história e demandas de seus habitantes no próprio planejamento da intervenção urbana.

A negociação foi realizada por uma equipe de consultoria social externa¹ com a participação dos técnicos da SEHAB. Valeu-se de oficinas com moradores e integrantes de organizações comunitárias para refletir sobre as ambiências urbanas nos seus bairros: as ausências, as potências e arranjos urbanos de que se valem e de quais aspiram valer-se. A proposta das oficinas teve como fio condutor pensar a cidade interagindo com os moradores - gerar um espaço de troca, onde os moradores possam dar voz às suas demandas.

Para tal, partiu-se da hipótese de que, ao desenvolver a fluência comunicativa dos moradores, reconhecer e valorizar o seu conhecimento sobre o território, se poderia criar um rico espaço de trocas de saberes entre os técnicos e os moradores. De acordo com Vargas (1999), “o conceito de qualidade ambiental urbana (de vida urbana), vai além dos conceitos de salubridade, saúde, segurança, bem como das características morfológicas do sítio ou do desenho urbano. Incorpora também os conceitos de funcionamento da cidade fazendo referência ao desempenho das diversas atividades urbanas e às possibilidades de atendimento aos anseios dos indivíduos que a procuram”.

CENÁRIO DO LUGAR: A MICRO-BACIA DO CABUÇU DE CIMA

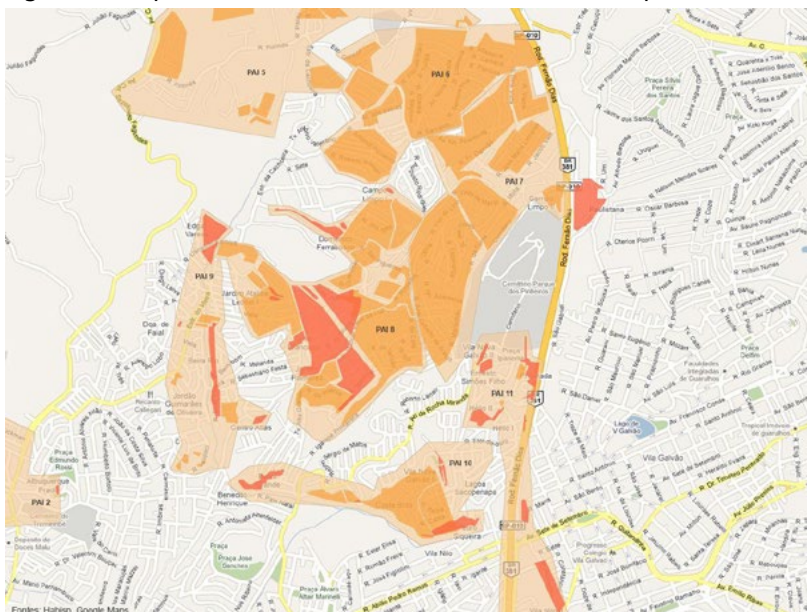
Figura 1 - A região estudada (Fábio Knoll, 2011).



Fonte: Dados do autor.

A área selecionada para o desenvolvimento desse projeto encontra-se na microbacia do Rio Cabuçu de Cima na Subprefeitura do Jaçanã/Tremembé no município de São Paulo. A área selecionada está localizada no Plano de Ação Integrada - PAI², nº 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, conforme a cor laranja na figura abaixo.

Figura 2 - Mapa dos PAIs localizados na área selecionada para este estudo (SEHAB, 2011).



Fonte: Dados do autor.

É uma área acidentada com vários morrotes, composta por vários bairros, tais como: Jardim Fontalis, Jardim Guapira I e II, Jardim Filhos da Terra, Jardim Galvão, São João III, Jardim Felicidade, etc. Esses bairros estão localizados próximo à Serra da Cantareira, e alguns deles em áreas fronteiriças. Esses bairros possuem loteamentos regulares, clandestinos e ocupações em áreas públicas. É difícil distingui-los a olho nu, frente à carência de infraestrutura. Em muitos deles, as habitações estão sediadas em área de risco.

Alguns desses bairros foram constituídos na década de 80 com os programas municipais PROMORAR e PROPERIFERIA³, portanto, são caracterizados por habitações em pequenos lotes, poucas áreas destinadas a equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer, apesar desses terem sido contemplados nos projetos. Consequentemente, o bairro tornou-se uma “área cinzenta”, como nomeiam os moradores.

Figura 3 - As ruas estreitas e ausência de verde, lotes pequenos (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

MATERIAIS E MÉTODOS

Algumas premissas serviram de base para pensar as oficinas:

Não há qualificação da cidadania sem ganhos de confiança social que processam a própria inclusão. A confiança é a própria potência, a própria força ou o trampolim que nos impulsiona mais adiante (TEIXEIRA, 2003).

A população marcada pela pobreza pode possuir uma baixa escolaridade formal, mas porta saberes construídos na experimentação, na observação cotidiana, nos processos solidários presentes nas relações sociais do seu território. Esses conhecimentos são muitas vezes desqualificados e, portanto, não aparecem como potência.

Produzir um saber-fazer só é possível no entrelaçamento de redes alimentadas por fluxos contínuos de experimentação, interação e conhecimento. Movimentam processos e ações multidimensionais; combinando saberes e conhecimentos múltiplos e transdisciplinares.

A reconstrução da memória urbana a partir das histórias pessoais possibilita o fortalecimento da identidade coletiva dos moradores.

O empoderamento da comunidade faz-se pelo fortalecimento da identidade coletiva, sendo a construção da memória urbana do território o caminho desse processo.

Como âncora necessária, é preciso identificar as ambiências e instrumentos que desencadeiam os processos de fluência comunicativa, a emergência dos saberes vividos, os espaços de troca entre o saber popular e o técnico e a produção de novos conhecimentos.

As escolhas dos instrumentos e as ambiências instauradas nos processos de aprendizagem baseiam-se em abordagens pedagógicas já conhecidas que dão primazia às experimentações e partem da história do grupo social (moradores, lideranças, adolescentes...). Resultam num movimento singular e único. O conteúdo dessas oficinas foi desenvolvido com base na significação/ressignificação de conhecimentos, valores, comportamentos vivenciados e alterados pelos participantes sobre o seu microterritório. Ou seja, partiu-se de uma construção conjunta dos conceitos existentes para a aprendizagem coletiva de novos, tais como, modos de significar o território, de morar, o que é considerado área de risco e as diferentes demandas do grupo.

Figura 4 - Mapa dos Afetos.



Fonte: Dados do autor.

A abordagem pedagógica ocupou-se em fortalecer a expressão e a fluência comunicativa “sobre o urbano vivido e desejado” por eles. Foi desenvolvido um conjunto de 8 oficinas com a

participação de lideranças comunitárias (moradores e representantes das micro-organizações locais), os quais se reuniram uma vez por semana no CIC-Norte⁴, equipamento do próprio bairro. Com a temática central - “o urbano vivido e desejado” - as oficinas contaram com a mediação da pesquisa no território, observação, vivências, experimentações, assim como aportes de conhecimento e informação, sempre que necessário.

Os procedimentos de sensibilização e de motivação utilizados nas oficinas, pautaram em vários instrumentos pedagógicos⁵ para envolvê-los e permitir uma releitura do território: um mapa das ruas, registros fotográficos, maquete do bairro, atividades de construção/desconstrução/reconstrução do território, entre outros, cada qual com uma perspectiva de aprofundamento, interação e conhecimento a respeito da dinâmica e característica do lugar. As oficinas foram coordenadas pela equipe social externa, acompanhadas pelos técnicos da SEHAB (arquitetos e assistentes sociais).

O “Mapa dos Afetos” foi uma atividade utilizada nas oficinas a partir de um mapa das ruas num tamanho ampliado (2:00x1:00m), com o relevo do lugar e a localização de alguns equipamentos de tal forma que os participantes pudessem fazer a leitura das ruas, identificar o seu bairro, os equipamentos existentes (escolas, posto de saúde, etc.) e os lugares a serem trabalhados. Tal proposta teve como finalidade capturar a dinâmica vivenciada nos bairros, os aspectos territoriais, situacionais e edificados, como afetam e são percebidos pelos moradores. A tônica da execução da atividade pauta-se na questão: “O que nos afeta?” Ao mesmo tempo, joga com um duplo sentido, pois o que nos afeta também está imbricado numa teia de afetos.

Figura 5 - Os moradores trabalhando no mapa das ruas (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

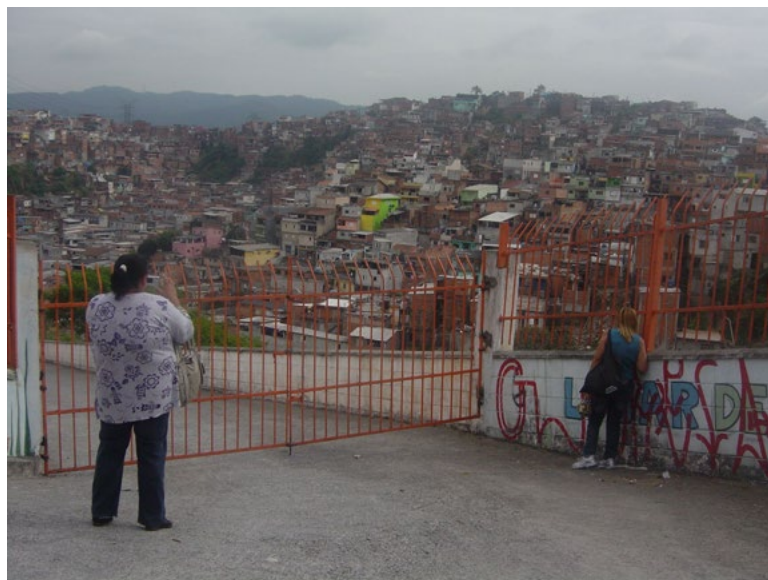
Essa atividade foi utilizada em todas as oficinas, pois funcionou como um diário dos registros das discussões e ações propostas no processo. O Mapa dos Afetos mobilizou os participantes

a reconhecer seu território, a estudá-lo em escalas, a visualizar as demandas do seu bairro e dos outros microterritórios, os modos de locomoção, o adensamento, as áreas verdes, entre outros. Essa forma de contato com o espaço vivido proporcionou um diálogo diferenciado sobre as questões do território.

PASSEIO COMENTADO⁶ E REGISTRO FOTOGRÁFICO

Uma caminhada a pé pelo território foi outro procedimento utilizado para mobilizar os moradores a rever o bairro e suas problemáticas. Foram disponibilizadas máquinas fotográficas para os que não as possuíam, solicitando-se que registrassem em fotos cenários e situações que os afetassem tanto positiva como negativamente (de uma casa, do lixo, do rio, de um habitante, de uma árvore, etc.). Os moradores escolheram o caminho a ser percorrido, desvelaram suas percepções sobre o território/bairro “vivido”. Cada grupo foi acompanhado por um técnico da equipe⁷, estimulando-os com perguntas sobre as ruas, o lixo, os córregos, o transporte coletivo, as áreas de risco; buscando nas respostas outras referências do ambiente vivido.

Figura 6 - Moradora fotografando o bairro no passeio (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

RETRATO DO LUGAR

Mais um procedimento foi adotado, uma atividade lúdica com as fotografias tiradas pelos moradores no passeio, chamado de Retrato do Lugar. Essa atividade consistiu na desconstrução do bairro e na construção de um bairro possível. Esse retrato foi feito pelos

participantes durante várias oficinas nas quais se discutiam e faziam várias intervenções acerca de um bairro possível, colocando suas aspirações e proposições. Entre elas, o desejo de transformar as margens do rio em parque linear com ciclovias, novas áreas de lazer e muito verde em todo o território.

Figuras 7 - Os participantes recortando as fotos e montando um bairro desejado (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

Foram registradas todas as alterações feitas pelos participantes, durante cada oficina, numa cartolina verde, onde eram colocadas e retiradas as fotografias recortadas, a partir de uma dinâmica reflexiva. Esse processo foi inteiramente fotografado; ao todo foram tiradas mais de 400 fotografias editadas em um *stop motion* (um filme montado a partir de várias fotografias) com uma duração de 2':23".

Figura 8 - Os moradores marcando as áreas de risco (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

MAQUETE DO BAIRRO

A maquete da região, feita pelos técnicos da SEHAB, foi outro instrumento utilizado nas oficinas, para analisar a topografia do lugar, os atalhos e as áreas de risco. Foi trabalhada com eles, a percepção sobre as áreas de risco, a troca de informações sobre a região, sobre a dinâmica das águas em época de alagamento, as questões vivenciadas no território e os recursos utilizados por eles no enfrentamento (as áreas que costumam alagar na época de chuva e os terrenos baldios que servem de descarte de lixo clandestino, a falta de água, etc.).

CARTOGRAFIA DO LUGAR

A Cartografia do Lugar foi outro procedimento adotado nas oficinas, atividade lúdica que consiste na história em pontos para trabalhar a percepção e as questões cristalizadas. A partir de um tecido de algodão de 2:00x1:60 m, os participantes foram convidados a desenhar um mapa afetivo do lugar, colocando referências afetivas e espaços que eles gostariam que tivessem no bairro (parque linear nas margens do rio). Para tal, foram fornecidos, pelos técnicos da equipe, retalhos, tintas, fitas, botões.

Figura 9 - O mapa afetivo bordado por eles (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

O PROCESSO NAS OFICINAS

Apesar de possuir muitas informações sobre o território a ser trabalhado e conhecer o plano municipal de urbanização do Cabuçu de Cima fornecidos pela SEHAB, a equipe técnica não conhecia a dinâmica do território, a utilização de atalhos pelos moradores do bairro foi

uma informação descoberta nas oficinas.

Segundo Santos (1999), um território é um determinado espaço vivenciado ou não, formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Ainda para ele (SANTOS, 2002), cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender e avaliar um determinado espaço, pois isso é resultante da sua vivência cotidiana.

Augoyard (1979), por sua vez, coloca que habitar é qualificar de maneira vivida um espaço e um tempo singular. Dessa forma, buscar soluções para um determinado espaço urbano exige conhecê-lo, não só como um espaço físico, mas como um espaço de interações sociais. Significa conhecer como os diferentes grupos sociais (moradores, comerciantes, educadores, garis, etc.) o configuram e apropriam-se dele; como qualificam esse espaço; como refletem, apreendem e interpretam as questões sociais que perpassam sua vida (precariedade da infraestrutura e dos serviços públicos, áreas de risco, etc.).

Em função dessas questões, a dinâmica das oficinas foi ditada pelos moradores e o processo pedagógico foi pensado a partir das demandas emergentes nas oficinas, de modo que eles se sentissem os protagonistas principais nesse processo. Esse protagonismo não foi feito com tutela, mas com trocas horizontais entre conhecimentos vividos, fruto da experiência e conhecimentos técnicos acumulados e sistematizados.

Desde a primeira oficina, tratou-se de deixar clara a proposta de trabalho grupal (objetivos e resultados esperados): formulação de propostas para o plano de urbanização do território. Embora os moradores tenham apresentado certa descrença com relação a processos dessa natureza (possuíam já uma trajetória de lutas e vocalização sem escuta), dispuseram-se a realizá-los, não querendo desperdiçar essa oportunidade.

Iniciou-se pelo reconhecimento do território realizado pela via do Mapa dos Afetos exposto, partindo da localização da moradia de cada participante e discutindo a mobilidade e a circulação no microterritório. Os atalhos utilizados pelos moradores foram uma das grandes surpresas dos técnicos urbanistas, mais acostumados a pensar a mobilidade através de um sistema de infraestrutura. Dinâmica que foi incluída no projeto do plano de urbanização do bairro em desenvolvimento.

O mapeamento das atividades deles no bairro, despertou a atenção dos moradores sobre o mesmo. Ao localizar no Mapa dos Afetos suas moradias, os trajetos percorridos no microterritório diariamente, essa atividade permitiu-lhes a troca de informações e refletir sobre as questões do bairro.

A temática “o reconhecimento do território”, trabalhada na segunda oficina, mais uma vez, destacou os moradores como atores e narradores principais: suas percepções sobre o território eram fundamentais para conhecermos o “bairro vivido”. A etapa seguinte, de escolher um percurso pelo bairro, foi definida por eles. Durante essa caminhada junto dos moradores, foram formuladas e lançadas questões a fim de guiar a reflexão sobre a dinâmica do bairro: mobilidade, acessibilidade e percepção do lugar. A caminhada, que atravessava um pequeno

trecho do bairro, revelou a importância dos atalhos no microterritório. Esses eram a forma que os moradores encontraram para circular a pé no bairro (andar de ônibus, além de ser caro, é demorado), sendo muitos dos acessos precários, sem degraus ou iluminação.

Outra questão percebida pelos técnicos foi o sentimento presente de pertencimento e solidariedade; todos se conheciam e se ajudavam. Os participantes disseram que uma das melhores condições do bairro era o relacionamento construído entre eles, sendo que a maioria mora ali há mais de vinte anos, e que vivenciaram toda a formação do bairro. Apesar da deficiente rede de equipamentos públicos (escolas, creches, hospitais, etc.) e da precária infraestrutura urbana, os participantes, durante o percurso, expressam uma preocupação maior com a ausência de áreas verdes e de lazer no bairro, bem como com a preservação da Serra da Cantareira.

Após o passeio, os participantes registraram o percurso, suas impressões e colaram objetos colhidos (flores, frases, etc.) no Mapa dos Afetos.

Figura 10 - Trabalhando no Mapa dos Afetos, as referências colocadas pelos moradores (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

Na terceira oficina, momento em que se realizou a reflexão sobre o território, foram utilizadas as fotografias da caminhada e outras trazidas pelos moradores. Foram colocadas todas as fotos numa mesa e solicitado que escolhessem três fotos e discutissem em grupo os temas propostos em três questões sobre o bairro: O que eu transformaria? O que eu manteria no bairro? O que não pode mais haver no bairro?

Solicitou-se então que respondessem as questões por escrito e também apresentassem as fotos escolhidas, o porquê da escolha e, em seguida, que as colocassem no mapa onde achassem melhor sua inserção. As respostas assemelharam-se: o foco foi o saneamento

básico, as áreas de risco, a segurança, melhoria nas casas, área de lazer, preservação da Serra da Cantareira, escolas de ensino médio, hospital, posto de saúde, ausência de calçadas, entre outros. Das respostas apresentadas, a que mais chamou a atenção foi a preocupação com a Serra da Cantareira e a ausência de verde no bairro, ressentem que o bairro é ausente de cor, considerado cinza por eles.

As áreas verdes e a Serra foram o quê os três grupos concordaram em manter no bairro. Outra questão que chamou atenção foi a de um grupo que manteria as casas do jeito que elas estão, apesar do tamanho e da precariedade das instalações e ausência do verde, tão valorizado por eles. A casa não é um espaço qualquer, é um lugar de experimentação de emoções, onde as histórias afetivas ocorrem e se constroem as relações (TUAN, 1983).

Para aprofundar a reflexão, foram apresentados aos participantes os demais instrumentos: a Cartografia e o Retrato do Lugar. Colocou-se em duas mesas os materiais de cada instrumento: as cartolinas e as fotografias para fazer o Retrato do Lugar, o tecido, retalhos e linhas para fazer a cartografia. Explicou-se o significado de cada instrumento e foi solicitado ao grupo escolher um deles, em qual gostaria de trabalhar: no Mapa dos Afetos, Retrato do Lugar ou Cartografia do Lugar.

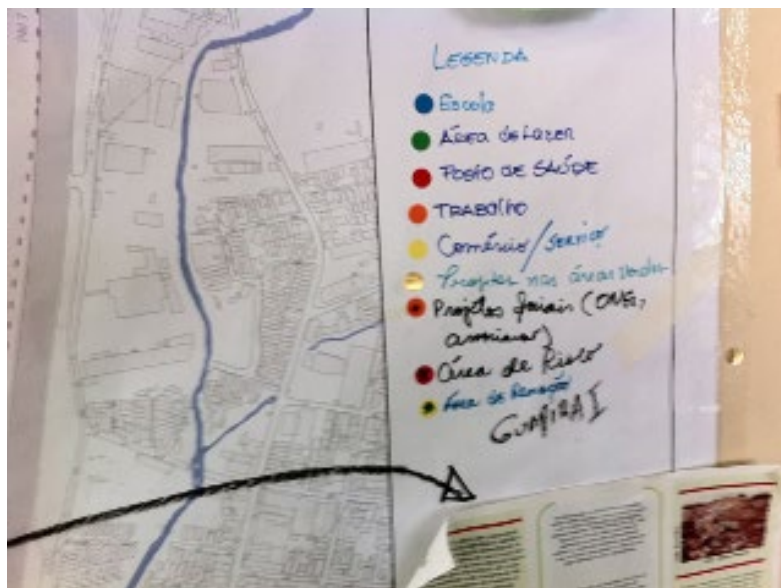
As mulheres, enquanto maioria, ficaram vidradas pela cartografia e começaram a escolher os panos e a proposta a ser desenvolvida, tanto que os outros grupos acabaram ficando menores. Dessa forma, a cartografia precisou de pouca orientação: os moradores apreenderam rapidamente a ideia e começaram construindo em volta do rio um parque linear e uma ciclovia gerando mais uma proposta a partir de uma modalidade amplamente utilizada para se locomover no bairro.

Figura 11 - As mulheres trabalhando na cartografia (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

Figuras 12 e 13 - Os moradores registrando as questões do bairro e criando uma legenda de leitura no Mapa de Afetos (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

A escolha do Mapa dos Afetos foi feita pelos participantes mais articulados politicamente. Iniciaram construindo uma legenda: rota do seu cotidiano (escola, comércio, trabalho, etc.), lugares para transformar, lugares de convívio, áreas de lazer, serviços de apoio (ONGs, serviços públicos, etc.). Os participantes se envolveram e se debruçaram no mapa iniciando

primeiro a rota do cotidiano e a área de lazer. Foi muito interessante vê-los descobrindo o percurso diário, discutindo entre si onde poderia ser um lugar de lazer ou escola em áreas que se apresentavam vazias. Outras áreas para os equipamentos eram eles que informavam à equipe técnica da SEHAB, áreas que os técnicos desconheciam a disponibilidade. A preocupação com a Serra da Cantareira volta a aparecer, pontuam a fragilidade da vigilância sobre ela, das invasões clandestinas no mapa. Conversam com os técnicos da SEHAB sobre as áreas que poderiam ter um jardim, uma praça, apontam áreas que, apesar de pertencerem tanto à SABESP como à CESP, são faixas de servidão.

Figuras 14 e 15 - Os recortes e as montagens (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

Para o Retrato do Lugar foram dispostas cartolinas de várias cores para que o grupo escolhesse uma delas como fundo do retrato. Aqui aparece o verde, mais uma vez, como a cor preferida. Essa atividade teve duas funções: uma, fazer uma reflexão/ desconstrução e reconstrução do bairro e um *stop motion* (uma animação de fotografias de curta duração) do processo, para ser apresentado na Bienal. Foi solicitado aos membros do grupo que recortassem as coisas de que mais gostavam nas fotografias espalhadas na mesa (o ipê, o rio, as pessoas, crianças, etc.) e, com esses recortes, montassem um retrato do bairro. Essa atividade durou 4 oficinas.

Figura 16 - As frases formando um trajeto no mapa (MENDES, 2011).



Fonte: Dados do autor.

Com os recortes em mãos, eles iam montando uma história do bairro. Por ser um exercício para pensar sobre o bairro, as fotos só foram coladas na última oficina. Esse processo de escolher as fotos, recortá-las, colocá-las na cartolina, retirar, trocar, colocar um recorte sobre o outro e discutir no grupo levou-os a refletir a potencialidade dos lugares e o que eles queriam para o bairro. Essas configurações feitas com os recortes de fotografia foram sendo modificadas ao longo das oficinas e formaram uma história do lugar. Esse processo foi fotografado (mais de 400 fotos) e no final foi feito um filme - *stop motion* - de 2:33 minutos. Todos adoraram o filme, pois identificaram o cotidiano vivenciado, mais colorido e mais bonito. No final das oficinas, todos os participantes ganharam um DVD com o filme feito por eles. Esse filme (*stop motion*) foi apresentado também na Bienal.

Na continuidade das oficinas, foi reservado um tempo de síntese retrospectiva do processo realizado, pedindo que escrevessem frases e depois as fixassem em forma de um trajeto no Mapa dos Afetos. As discussões sobre os problemas no bairro foram produtivas; os participantes introduziram novas informações pesquisadas no intervalo de cada oficina, perceberam o quanto caminharam na troca de informações e na construção do conhecimento

sobre o bairro. No final dessa reflexão, foi solicitado aos participantes que escrevessem, para a próxima oficina, sobre a sua história de vida no bairro, as histórias seriam compartilhadas nas oficinas.

Na quinta oficina, a temática foi a percepção de risco dos participantes: qual era o nível de informação e de entendimento que eles possuíam das situações de perigo no bairro. Esse encontro iniciou-se com a leitura da história de vida escrita por uma das participantes, solicitada na oficina anterior. A moradora apresentou sua trajetória pessoal, iniciada no bairro em 1982. Retoma, em sua história, a formação do bairro partilhada por muitos dos presentes: a ocupação de áreas; a ausência de saneamento básico e equipamentos públicos; as enchentes, as conquistas feitas (água e luz no bairro e nas favelas). Não percebia relação de risco nas enchentes vivenciadas no passado; passa a considerar área de risco as áreas dos morros depois que a prefeitura fez o alerta, há pouco tempo. Teve dificuldade de acreditar, pois nunca a Prefeitura tinha se manifestado antes.

A percepção de risco dos participantes sobre as áreas mostrou-se muito próxima das avaliações técnicas feitas pela SEHAB, revelando o grau de informação e conhecimento que possuem sobre as questões do bairro. Sabiam que a remoção das casas nas áreas de risco é necessária, mas não concordavam com a forma como a SEHAB tratava a remoção das famílias desabrigada, oferecendo R\$300,00 de aluguel e o lugar para morar deveria ser procurado pela própria família. Não ofereciam nenhum acompanhamento ou mesmo orientação/informação para as famílias quanto à existência de habitações em áreas mais próximas. Muitos tem que buscar uma outra região para reiniciar a vida, isso significa fragilizar relações e redes de enfrentamento no seu cotidiano. Essa era uma preocupação de todos.

Mostram preocupação com as enchentes e, conhecimento de causa, a falta de verde, o adensamento e a topografia do lugar propiciam que algumas áreas inundem na época das chuvas. Sinalizam o que pode ser feito: o alargamento ou um coletor no Rio Piqueri, traçam suas hipóteses e a necessidade de remoção de famílias para outras áreas no bairro.

Na continuidade, o grupo do Mapa dos Afetos teve como missão pontuar as áreas de risco no mapa e propor ações. Apresentaram várias situações de risco: as habitações no morro perto do Rio Piqueri, as áreas de enchentes tanto as próximas ao rio como as de fundo de vale para onde correm as águas, os terrenos baldios que servem de descarte de lixo clandestino, a rota de droga nos fundos das favelas, a falta de iluminação nas ruas, etc.

Refletiram sobre a necessidade de remoção dos imóveis construídos na margem do Rio Piqueri e propuseram outra área próxima, onde poderia ser construída as novas residências; a necessidade do alargamento do córrego e a construção de uma calha de drenagem; a criação de área verde ao longo das margens do rio; a construção de uma estação de tratamento de esgoto na Vila Zilda e outra próxima ao CEU Jaçanã. Destacaram igualmente, na área próxima ao Jardim Filhos da Terra, a necessidade de remanejamento das famílias das áreas de risco para outra área no bairro, a construção de muro de arrimo para proteger as famílias remanescentes.

Propuseram também a revitalização de toda a área que passa pela torre de alta tensão, com projetos de agricultura comunitária; a recuperação da área do CDM que hoje se encontra em poder da guarda metropolitana. Fizeram a indicação de áreas para as famílias que precisam ser remanejadas das áreas de risco e indicação de áreas para os serviços públicos necessários para a região: UBS, hospital, creches, praças. Reafirmaram que a região em que vivem é carente de serviços de saúde. Apresentaram um projeto (com planta e detalhamento) de horta comunitária para um terreno baldio hoje utilizado para descarte de lixo clandestino.

Na sexta e na sétima oficina, foram finalizados os produtos com os participantes e os gestores da Secretaria de Habitação. Foram divididos em três grupos. Cada grupo elaborou uma pauta para ser discutida nessa reunião sobre o lugar onde vivem: demandas, sugestões de revitalização urbana, serviços necessários, etc. Um grupo resolveu abordar a questão da saúde e educação, outro sobre habitação, saneamento e as áreas verdes, outro sobre projetos que eles já têm para o bairro. Cada grupo elegeu seu porta voz. O grupo de moradores fez uma lista de convidados, moradores do bairro atuantes nas questões do território. A pauta do encontro: apresentação do plano de urbanização da SEHAB com as sugestões colhidas nas oficinas para serem discutidas com os moradores. Discussão do plano e apresentação das demandas pelos participantes dos grupos.

Na oitava oficina, último encontro, foram convidados vários gestores de várias secretarias (Saúde, Habitação, Meio Ambiente), consultores nacionais e internacionais (grupo de holandeses da Biental) e os escritórios de arquitetura que ganharam a licitação para fazer o plano. Um total de 80 pessoas. O encontro ocorreu no CIC Norte, no mesmo local onde foram feitas as oficinas. Iniciou-se pela apresentação de um plano urbanístico para a área pela secretaria. Havia uma preocupação dos técnicos da SEHAB que os moradores não conseguissem acompanhar a explanação do plano de urbanização. Contudo, eles não tiveram problemas de compreensão das inúmeras plantas apresentadas; fizeram perguntas pertinentes indicando que estavam entendendo tudo. A apresentação dos moradores, por sua vez, deixou todos os gestores impressionados com a fluência argumentativa e com os dados apresentados que seriam impossíveis de se prever pelo projeto técnico.

RESULTADOS SUBSTANTIVOS

A população detém um saber vivido, decorrente de aprendizados acumulados em suas trajetórias de vida urbana, sabendo se valer dele para diagnosticar e propor. Esse saber é imprescindível na formatação de projetos urbanísticos e habitacionais. No entanto, essa ação nem sempre ocorre, seja pela presunção do conhecimento técnico que os profissionais da produção urbana detêm, e que desqualifica o saber vivido dos moradores do território; seja porque não se sabe buscar a adesão da população. Os moradores são competentes na produção de um diagnóstico urbano social quando há espaço para fruição e intercâmbio entre conhecimento vivido e conhecimento técnico.

Quando a população vivencia um processo participativo horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública, ela é capaz de contribuir significativamente nas

proposições da política urbana. As oficinas permitiram a produção coletiva e evidenciaram a capacidade de interlocução igualitária de propostas a serem incluídas no projeto de urbanização do bairro. E, sobretudo, fortaleceram as relações entre os moradores, reconstruindo uma rede social local.

O processo realizado revelou claramente as interfaces entre um programa habitacional e as demandas de inclusão dos moradores na cadeia produtiva; permitiu reconhecer inúmeras oportunidades até então obscurecidas no cotidiano de vida. Nessa produção coletiva, ocorreu um processo de negociação social da maior importância: um canal de escuta de mão dupla, a troca de informações e experiências entre moradores e técnicos. Quase sempre os técnicos apresentam-se defensivos ou pouco abertos a uma negociação social, a qual é cada vez mais necessária para se enfrentar/dirimir conflitos na condução das mudanças urbanas.

A negociação social tem sempre caráter multidimensional; a reflexão religa interfaces entre as diversas dimensões do viver urbano: trabalho, mercado, educação, saúde, qualidade de vida, meio ambiente, entre outros, de tal modo que não é possível pensar a habitação descolada de uma proposta integrada. A negociação social faz-se presente por tempo indeterminado desde antes do empreendimento até seu final. As relações e experiências vivenciadas nas oficinas fortaleceram o grupo e produziram uma rede organizada no local para pensar a produção do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo e qualquer planejamento urbano feito com a comunidade tem mais condições de ser efetivo à medida em que conjuga as demandas e as dinâmicas do ambiente vivido, propiciando o engajamento dos moradores na construção do futuro de seu bairro. Permite também a mudança de percepção dos urbanistas sobre a potencialidade das áreas periféricas quando interagem com a comunidade e vivenciam mais de perto o território.

Explorar o território por meio de oficinas reflexivas-propositivas foi uma estratégia acertada. A metodologia utilizada nas oficinas permitiu desvelar a particularidade das questões urbanas no microterritório. Assegurou:

- Espaço de reflexão e empoderamento dos moradores, levando-os a articular e repensar o território coletivamente;
- Espaço de conhecimento da dinâmica do ambiente vivido pelos moradores e pelos técnicos urbanistas;
- Espaço de diálogo entre os dois saberes: dos técnicos e dos moradores, permitindo conhecer as demandas e proposições dos moradores para determinadas áreas no microterritório;
- Espaço de acolhimento dos desejos coletivos;
- Espaço de integração e articulação das redes sociais locais.

O saber-fazer social na intervenção pública faz-se no entrelaçamento de redes alimentadas por fluxos contínuos de conhecimento, informação e interação. Movimenta processos e ações multidimensionais; potencializa o agir público, porque retira cada ação do seu isolamento e assegura uma intervenção agregadora, totalizante e inclusiva.

Nenhuma negociação social ocorre sem insumos. Neste projeto, consubstanciado em diálogo nas oficinas, deu-se aos moradores os insumos necessários (motivação, informações, escuta, troca, protagonismo, resolutividade possível, confiança e uso de recursos. tais como o Mapa dos Afetos, a Cartografia do Lugar, a pesquisa em campo, ...) a um debate qualificado, perspectivando o coletivo e o território como um todo. Não mais uma reação de resistência subserviente, despossada de informações e de debates reflexivos prévios.

NOTAS

- 1 O desenho e a coordenação dessa negociação por meio das oficinas foi feito pela equipe social externa, contratada para esse fim. Essa equipe foi composta por duas assistentes sociais e uma artista plástica. A coordenadora dessa equipe foi a Prof. Dra. Maria do Carmo Brant de Carvalho.
- 2 Os planos de Ação Integrada fazem parte da proposta de planejamento urbano pensada pela SEHAB.
- 3 Os programas municipais PROMORAR (retirada de famílias de favelas para um novo loteamento, com terrenos de meio lote 6/12m², com habitações de 43m² para serem concluídas pelos proprietários) e PROPERIFERIA (a regularização dos loteamentos clandestinos, com a introdução de meio lote (6 por 12m²) e a introdução de equipamentos sociais e áreas verdes nos projetos regularizados). Esses programas foram desenvolvidos na administração Reinaldo de Barros, 1979-1983.
- 4 CIC-Norte - Centro de Integração da Cidadania – Secretaria da Justiça e da Cidadania – Governo do Estado de São Paulo.
- 5 Os instrumentos foram desenhados pela equipe social externa, especialmente para este projeto, a partir da demanda da Secretaria e da Bienal (esta queria produtos para serem expostos). Partiram de suas referências e experiências profissionais.
- 6 Metodologia utilizada por Thibaud (2004) para capturar as ambiências urbanas vivenciadas pelos habitantes *in loco*.
- 7 Uma técnica da equipe social externa que coordenava a atividade e um técnico (arquiteto) da equipe da SEHAB como observador.

REFERÊNCIAS

AUGOYARD, Jean-François. **Pas à pas** – Essai sur le cheminement quotidien en milieu urbain Paris: Éd. du Seuil, 1979.

CARVALHO, M. C. B. **Desenvolvimento Social e o Impacto nas Políticas Públicas**. Conferência CEPAM, São Paulo, 2010.

MARCATTO, F. S. **A participação pública na gestão de área contaminada**: uma análise de caso baseada na Convenção de Aarhus. 2005. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENDES, P. B. M. T.; PAGANINI, W.; AMARAL E SILVA, C. C.; QUEVEDO, C. M. G. Audiências públicas: limites e possibilidades nos processos decisórios. In: GALVÃO JUNIOR, A. C.; XIMENES, M. (Coord.). **Regulação**: Controle social da prestação dos serviços de água e esgoto. Fortaleza: ABES/ABAR, 2007.

MENDES, Patricia B.M.T. **Gerenciamento do risco em habitações precárias**: percepções, novas ambiências, novos ambientes. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

PEREC, Georges. **Espèces d'espaces**. 2ª edição. Paris: Éd. Galilée, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 3ª ed., 1999.

TEIXEIRA, R. R. Acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.). **Construção da Integralidade** – cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: IMS-UERJ/ABRASCO, 2003.

TIXIER, Nicholas. **Morphodynamique des Ambiances Construites**. 2001. Tese (Doutorado) - École d'Architecture de Grenoble, França, 2001.

THIBAUD, Jean-Paul. Une approche pragmatique des ambiances urbaines. In: AMPHOUX, P.; THIBAUD, Jean-Paul; CHELKOFF, G. (Org.). **Ambiances au débats**. França: Editions À la Croisée/ CRESSON, 2004.

_____. O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas. In: TASSARA, E.; RABINOVICH, E.; GUEDES, M. C. (Org.). **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência, São Paulo: DIFEL, 1983.

VARGAS, Heliana C. Qualidade ambiental urbana: em busca de uma nova ética. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre. Anais... .

**Maria do
Carmo Brant
de Carvalho**

Assistente Social, doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e pós-doutorada em Ciência Política pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Professora aposentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP. Consultora de Projeto Sociais.

**Patricia
Brant
Mourão
Teixeira
Mendes**

Assistente social, doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), pós-doutora em Sociologia Urbana pelo Laboratoire Cresson-CNRS, França, pesquisadora colaboradora do Centro de Memória da UNICAMP.